Diário Comercial
Publicado em 30/10/2026 - 14:40

Especialista propõe coordenação para integrar bilhetagem dos transportes no Rio

Em congresso em Búzios, Édipo Senna Ázaro, do Crea-RJ, defende câmara pública de compensação para conectar diferentes sistemas

Durante palestra para as principais mentes pensantes da mobilidade brasileira, o superintendente do Crea-RJ, o engenheiro civil e de transportes Édipo Senna Ázaro, apresentou, nesta terça-feira (27), em Búzios, uma nova forma de integração do transporte intermunicipal no estado do Rio. No 40º Congresso de Pesquisa e Ensino em Transportes (Anpet), que acontece até sexta-feira (30), na cidade da Região dos Lagos, o especialista apresentou a proposta, que coloca o governo do Estado do Rio no papel de câmara pública de compensação.

“A ideia é viabilizar a integração dos transportes entre municípios. Estamos apresentando uma solução técnica, de engenharia: uma câmara de compensação operada pelo Estado do Rio de Janeiro, que atuaria como observador e mantenedor da segurança nas transações entre os diversos operadores da bilhetagem eletrônica dos transportes públicos. O Estado já conta com um cartão, o SAM, e tecnologia de validação de passagens que permitem exercer esse controle externo sem interferir na operação dos ônibus, garantindo a compensação de créditos entre cada município”, explicou Édipo, mestre em Engenharia de Transportes pela Coppe/UFRJ.

O sistema de transporte público do estado e da Região Metropolitana do Rio de Janeiro movimenta cerca de 4 milhões de passageiros por dia útil, somando todos os modais — ônibus municipais e intermunicipais, trens, metrô, barcas, VLT e BRT —, segundo dados da Secretaria de Estado de Transportes e Mobilidade Urbana (Setram) e relatórios de mobilidade.

A partir da análise dos gargalos históricos enfrentados por órgãos públicos e concessionárias do setor, o engenheiro ressaltou que a mobilidade metropolitana sofre com a fragmentação de regras, tarifas e sistemas de bilhetagem. Embora o deslocamento seja contínuo para o usuário — como no trajeto de São Gonçalo ao Centro do Rio de Janeiro via Niterói —, a política pública ainda impõe múltiplas barreiras administrativas, contratuais e financeiras.

Para superar esse entrave, Édipo propõe que a bilhetagem deixe de ser tratada como mera catraca física e passe a ser compreendida como uma infraestrutura crítica que articula direitos, dados e recursos financeiros. Inspirado no modelo dos meios eletrônicos de pagamento e do mercado financeiro — com a separação entre maquininhas de captura, bandeiras e câmaras de liquidação, a exemplo da B3 —, o modelo prevê que concessionárias, municípios e operadores privados possam adotar tecnologias ou sistemas distintos de validação e emissão de cartões.

Em vez de assumir a operação de todos os modais ou impor uma plataforma centralizada e monopolista, o governo estadual atuaria como coordenador neutro, homologando interfaces, padronizando regras e mantendo o comando público das informações e da fiscalização.

Nessa proposta, o Estado assume o papel central na articulação entre os entes públicos ao receber os registros padronizados de validação de cada viagem, conciliar as informações, auditar e tratar divergências, apurar os saldos devidos e autorizar as liquidações financeiras, enquanto os agentes bancários executam a movimentação dos recursos.

A proposta defendida pelo superintendente do Crea-RJ prevê que a interoperabilidade — a capacidade de diferentes sistemas funcionarem de forma integrada — seja implementada em etapas graduais e reversíveis. Os testes-piloto em campo permitiriam padronizar os registros, testar a aceitação cruzada dos meios de pagamento e estruturar a conta do passageiro.

O objetivo é assegurar uma governança compartilhada entre Estado e prefeituras sem suprimir as autonomias locais, consolidando um arranjo no qual o comando público, a possibilidade de auditoria e a rastreabilidade financeira garantam a sustentação, a longo prazo, do direito de acesso às cidades.

“Desta forma, o Estado passa a ser o garantidor da integração entre os municípios e, no fim do mês, realiza a compensação: se o município X e o município Y dialogam entre si, cabe ao Estado apurar o volume operado entre ambos. Funciona de maneira simples: como no Pix, em que o usuário transfere de um banco como o Itaú para o Bradesco e o Banco Central realiza a compensação final entre as instituições, o Estado faz a liquidação entre os operadores”, comparou o engenheiro.

Copyright © Clipclap 2026.

“Trazer esse debate para a ANPET é fundamental para lembrarmos que a engenharia precisa voltar a ser o eixo estruturante das decisões públicas. Temos um cenário propício para executar políticas públicas de longo prazo, com planos estruturados, dados confiáveis e compromisso político perene”, concluiu Édipo Ázaro.

https://diariocomercial.com.br/especialista-propoe-coordenacao-para-integrar-bilhetagem-dos-transportes-no-rio/

Veículo: Online -> Site -> Site Diário Comercial - RJ/ SP

Copyright © Clipclap 2026.